

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento de operações urbanísticas no Parque Natural Sintra-Cascais que podem estar a violar regulamentos administrativos, planos municipais e programas de ordenamento do território.

Uma das denúncias enviada por um grupo informal de cidadãos ao Bloco de Esquerda diz respeito a uma intervenção junto à rua da Paz, em Alcabideche (coordenadas: 38.76285, - 9.47370), no concelho de Cascais, que foi iniciada em 2017 e que se prolonga até ao presente ano.

A operação urbanística consistiu na terraplenagem de cerca de 13.900 metros quadrados, à qual se acrescentou o abate de um pinhal que ocupava uma área de cerca de 2.500 metros quadrados, fora da área terraplenada.

Além disso, o promotor instalou infraestruturas de saneamento, alcatroou acessos e arruamentos, e ampliou vedações. A zona intervencionada ocupa uma área total de cerca de 22.000 metros quadrados em plena área protegida.

Segundo o que foi possível apurar, o grupo informal de cidadãos enviou em junho deste ano uma denúncia do sucedido à Câmara Municipal de Cascais, sem que esta tenha enviado de volta qualquer resposta até ao momento.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais visa garantir a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais na área protegida. Para isso, tem como objetivos “evitar a proliferação de construções dispersas no meio rural” e “contribuir para a ordenação e a disciplina das atividades agroflorestais, urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas”, de modo a evitar a degradação dos valores em presença.

Como tal, importa perceber se a operação urbanística aqui descrita cumpre todos os requisitos legais aplicáveis e conhecer as diligências que as entidades competentes tuteladas pelo

governo têm levado a cabo para salvaguardar os valores únicos do Parque Natural Sintra-Cascais.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. Tem o governo conhecimento da operação urbanística aqui descrita?
2. A operação urbanística interfere com servidões administrativas e restrições de utilidade pública?
  - 2.1 Em caso afirmativo, quais?
3. A operação urbanística cumpre todos os requisitos legais aplicáveis?
  - 3.1 Em caso negativo, vai o governo tomar medidas para repor a legalidade no local?
  - 3.2 Que medidas vai o governo aplicar?
  - 3.3 Quando vai o governo aplicar tais medidas?
4. Tem o governo conhecimento de outras operações urbanísticas irregulares?
  - 4.1 Em caso afirmativo, quais?
  - 4.2 Tomou o governo diligências para repor a legalidade em cada uma das situações? Quais?
5. Desencadeou o governo ações de fiscalização em matéria de ordenamento do território no Parque Natural Sintra-Cascais, desde 2015?
  - 5.1 Em caso afirmativo, quais?
  - 5.2 Em caso negativo, por que motivo não fiscaliza o governo o ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais?

Palácio de São Bento, 12 de outubro de 2021

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)